

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **REQUERIMENTO Nº      , DE 2018 (do Sr. Luiz Couto)**

Requer, nos termos regimentais, a realização pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública, com representações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos com atuação em direitos humanos, para debater uma agenda comum na área, de modo a subsidiar a elaboração do plano de trabalho do colegiado parlamentar e eventuais ações conjuntas com outras entidades.

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de audiência pública com representações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos com atuação em direitos humanos, para debater uma agenda comum, de modo a subsidiar a elaboração do plano de trabalho deste colegiado parlamentar e eventuais ações conjuntas com outras entidades.

Serão convidados, como expositores, representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Plataforma dos Direitos Humanos (Dhesca Brasil) e da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil.

#### **Justificativa**

No momento em que esta Comissão retoma plenamente suas atividades em 2018, consideramos importante realizar um encontro amplo com as entidades atuantes na defesa e promoção dos direitos humanos, além de representantes de órgãos com responsabilidades na execução e fiscalização de políticas públicas na área. Deste encontro será possível identificar anseios e

extrair propostas para subsidiar um plano de trabalho do colegiado parlamentar identificado com as demandas sociais do Brasil de hoje.

Esta audiência pública também contribuirá para promover a aproximação da CDHM com outros atores no setor, fortalecendo os laços institucionais e potencializando a atuação de todos os envolvidos.

O evento concorrerá, ainda, para conferir transparência e democracia ao processo de construção do plano de trabalho do colegiado parlamentar para 2018. O diálogo entre as Deputadas e os Deputados com defensores de direitos humanos, agentes políticos e representantes de instituições com efetiva participação nas lutas e na condução de políticas públicas na área permitirá que se possa verificar a legitimidade e a procedência de propostas a serem incorporadas ao plano de trabalho.

Sala das Comissões,        de abril de 2018.

**Deputado Luiz Couto (PT-PT)**